

BANCADA SINDICAL SE REÚNE COM O MGI PARA TRATAR DE GESTÃO PÚBLICA E REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES

A primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente de 2026 entre o governo e as entidades do funcionalismo marcou a retomada do diálogo, com uma postura mais aberta por parte do governo em relação aos anos anteriores.

O encontro, organizado a partir da pauta unificada do Fonasefe, apresentou reivindicações que combinam questões salariais e estruturais, envolvendo desde recomposição salarial até direitos e condições de trabalho.

Confira os pontos discutidos, procure seu núcleo, participe das assembleias e mobilizações, só a luta muda a vida.



Paulo Lindesay, diretor da Executiva Nacional do sindicato

No dia 26 de março, o Fonasefe, centrais sindicais e outras entidades do funcionalismo público foram recebidos pelo secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopes Feijó, para realização da primeira Mesa Central da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) de 2026.

Durante a reunião, o governo federal apresentou o reajuste de benefícios: o auxílio-alimentação teve um reajuste de 17 reais, um ganho de 160,26% entre 2023 e 2026. O auxílio pré-escolar e a assistência suplementar à saúde sobem para R\$ 526,64 e R\$ 213,78, respectivamente. A indenização de transporte, voltada para os servidores que utilizam veículo próprio, sobe de R\$ 17 para R\$ 89.

Na ocasião, os representantes reconheceram a importância dos reajustes mas destacaram a necessidade de equiparação com os outros poderes e a necessidade urgente da criação de um auxílio-nutrição específico para aposentados e aposentadas.

Para o Fonasefe, o aumento do custo de vida também afeta aqueles que já se aposentaram, situação que se agravou ainda mais com a Reforma da Previdência e o aumento da contribuição sobre os valores recebidos na aposentadoria. Em resposta às entidades, o governo afirmou que a proposta segue em estudo, mas que não teria condições de implementar o auxílio ainda esse ano, pois teria um impacto de 9 bilhões de reais nas contas públicas.

Infelizmente, o tema da regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não avançou na reunião. Segundo o governo, não haveria conjuntura favorável para o envio de um projeto de lei ao Congresso Nacional neste momento.

Para o Fonasefe, é justamente o contrário. Por ser um ano eleitoral, as categorias possuem um contexto mais vantajoso para pressionar os deputados e deputadas. A aprovação da regulamentação da Convenção ainda esse ano é fundamental para garantir direitos como negociação coletiva, direito de greve e organização sindical no serviço público, e não podemos ter certeza se o próximo governo eleito irá assegurar esses direitos.

Ficou interessado? Tem um relatório completo no site: assibge.org.br na aba notícias.

Neste mesmo sentido, as entidades do funcionalismo também cobraram que o governo garanta, já na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), previsão de reajuste salarial para 2027.

A bancada sindical apresentou a necessidade de um programa Desenrola voltado aos servidores, tendo em vista que cerca de 70% do funcionalismo está endividado em razão do arrocho salarial e do aumento do custo de vida. Sobre esta reivindicação, o governo afirmou que o programa está em estudo avançado.

O Fonasefe também destacou sua preocupação com a a proposta de revisão do Decreto-Lei nº 200/1967 que, sem diálogo com o funcionalismo, tem se apresentado como uma reforma administrativa compactada que aprofunda a presença do setor privado na administração pública, precariza o trabalho dos servidores e enfraquece o regime de estabilidade tão fundamental para o combate à corrupção. Sobre esse tema, o governo se comprometeu a não enviar essa pauta ao Congresso Nacional sem antes dialogar com as entidades sindicais sobre qual projeto apresentar.

Para o Fonasefe, diferente das últimas negociações, nesta primeira rodada de 2026, o governo apresentou uma postura de mais diálogo, ao invés de enfretamento direto.

Ao final da reunião, as entidades reforçaram a importância democrática da periodicidade das mesas de negociação e da celeridade no cumprimento dos acordos firmados.



**NOVO LIMITE MÁXIMO DE
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E
ANTIGOS LIMITES NOS DIREITOS**

Nos últimos meses, propostas legais sobre contratos temporários do IBGE avançaram no Congresso, com destaque para a nova lei que amplia o prazo máximo desses contratos para até 4 anos. Apesar disso, não houve avanços em pautas importantes para os trabalhadores, como definição de remuneração mínima e ampliação de direitos. A ASSIBGE segue denunciando a precarização, defendendo melhores salários e o fim do aditamento mensal, prática que permite demissões sem garantia de indenização.

Em 31 de março de 2026, foi sancionada a Lei nº 15.367/2026, que ampliou o prazo máximo dos contratos temporários no IBGE para até 4 anos. A medida resulta da aprovação de projetos do Poder Executivo e consolida uma mudança significativa na duração desses vínculos, permitindo maior permanência dos trabalhadores nas funções. Apesar disso, a nova lei não estabelece critérios de remuneração mínima nem amplia direitos, mantendo lacunas importantes nas condições de trabalho.

Hoje, os trabalhadores temporários já representam mais de 50% do corpo de trabalhadores em atividade e são maioria absoluta na rede de coleta, a artéria vital do IBGE, de modo que qualquer debate sobre alterações nesses contratos permeia o futuro da instituição como um todo. Em sua atuação crítica diante da crescente precarização do trabalho, a ASSIBGE defende a valorização desses trabalhadores, com a garantia de melhor remuneração ao menos equivalente ao vencimento básico do nível intermediário e a ampliação de direitos hoje negados, incluindo medidas não orçamentárias, como o fim do aditamento mensal.

A ASSIBGE reconhece que o anúncio da extensão do prazo máximo dos contratos no IBGE pode ser considerado uma conquista para grande parcela de trabalhadores do Instituto. Como indicado por Ricardo Antunes, há uma tendência estrutural do capitalismo contemporâneo que envolve a desestruturação de direitos, uberização, terceirização e informalidade. Não são raros os casos em que, após o desligamento do vínculo com o IBGE, as possibilidades de geração de renda dos trabalhadores sejam ainda mais precárias do que as vinculadas ao cargo anterior no Instituto. Nesse sentido reside a perversidade do contexto atual, pois é criada uma falsa dicotomia: a de que ser contra a ampliação do trabalho temporário no IBGE é ser contra os trabalhadores que atuam por meio desse vínculo. Isso não é verdade.

Para que o IBGE seja um Instituto valorizado e com autonomia técnica, é preciso que seus trabalhadores tenham estabilidade. Há agências no IBGE que funcionam somente com trabalhadores temporários. Essa parcela da categoria representa hoje mais de 60% dos trabalhadores do Instituto. A tendência é que essa proporção aumente. Trabalhadores que estão ainda mais sujeitos a assédios, a desligamentos arbitrários, a trabalhos realizados igualmente aos servidores efetivos, mas sem os mesmos direitos.

A ASSIBGE defende que existam concursos para cargos efetivos para que essa parcela da categoria possa ocupar essas vagas a partir da experiência acumulada, já reconhecida como diferencial nas pontuações dos dois últimos CPNUs realizados.

Estende-se o contrato para até 04 anos. Depois, para 05. Comemora-se, sem que tenha havido qualquer intenção da direção do Instituto na ampliação dos direitos mencionados. E em seguida? Qual será o limite? E os concursos? Em um contexto de flexibilização do trabalho, o IBGE tem seguido à risca o ideário neoliberal. De imediato, pode parecer ótimo. Já a longo prazo...

Já a longo prazo, o que está em jogo é o próprio futuro do Instituto. O IBGE cumpre um papel estratégico para o país, e valorizar quem constrói esse conhecimento no dia a dia é fundamental para isso.

Garantir concursos públicos, com o devido reconhecimento da experiência acumulada, fortalece a qualidade técnica do Instituto e amplia as oportunidades para que esses trabalhadores sigam contribuindo com o IBGE, preservando seu papel como patrimônio público a serviço da sociedade brasileira.

**QUER SABER
MAIS**



**NO SITE DISTINGUIMOS COM MAIS
DETALHES OS TEXTOS DA MEDIDA
PROVISÓRIA E DOS TRÊS PROJETOS
RELATIVOS AOS SERVIDORES TEMPORÁRIOS.**

*Espalhe o panfleto,
espalhe a palavra!*
O SINDICATO SOMOS NÓS

FILIE-SE

ASSIBGE.ORG.BR



ASSIBGE
Sindicato Nacional

